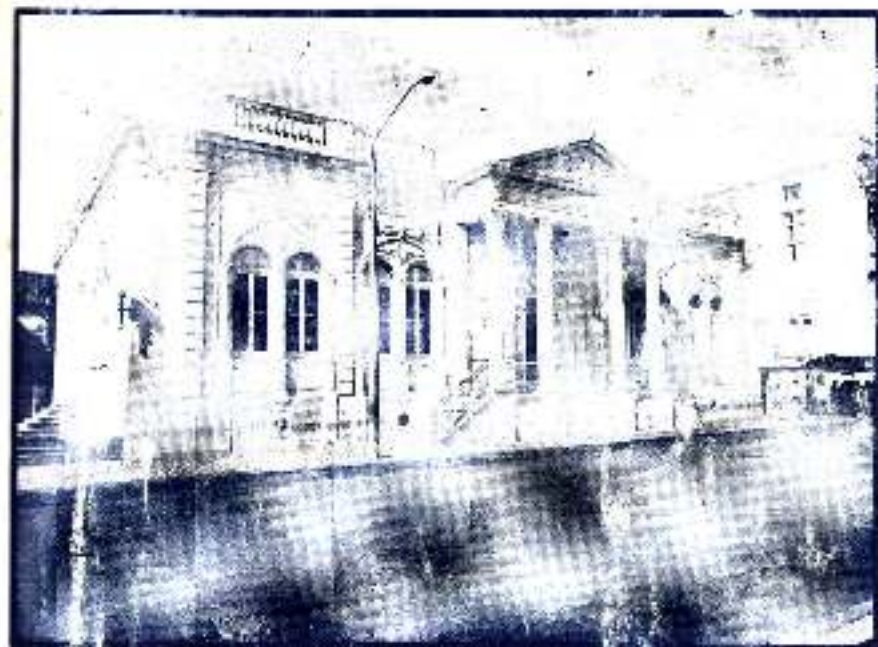


# HISTÓRIA EM REVISTA



PUBLICAÇÃO DO NÚCLEO  
DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA UFPel

Número 2 - 1996



Editora e Gráfica Universitária - UFPel

# HISTÓRIA EM REVISTA

Núcleo de Documentação Histórica

UFPel  
Editora Universitária

Pelotas - Número 2 - 1996

Class:	<i>Revista</i>
Registro:	<i>585</i>
Data:	<i>24/03/97</i>
Doação:	<i>Publicação do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.</i>

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

COPYRIGHT © Núcleo de Documentação Histórica da UFPel

**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE PELOTAS**

**Reitor:**

Prof. Antonio Cesar Gonçalves  
Borges

**Vice-Reitor:**

Prof. Daniel Souza Soares  
Rassier

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-  
Graduação:**

Prof. Alci Enimar Loock

**Pró-Reitor de Extensão e  
Cultura:**

Prof. Francisco Elifaete  
Xavier

**Pró-Reitora Administrativa:**

Prof. Inguelore Scheunemann  
de Souza

**Pró-Reitor de Graduação:**

Prof. Paulo Roberto Soares de  
Pinho

**Pró-Reitor de Planejamento e  
Desenvolvimento:**

Bel. Antonio Leonel da Silva  
Cunha

**EDITORA UNIVERSITÁRIA**

**Diretor:**

Jorn.Fernando de Oliveira Vieira

**Gerente Operacional:**

Bel. Manuel Antonio da Silva  
Tavares

**Planejamento Editorial:**

José Hermínio Barbachã

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS**

**Diretor:**

Prof. Sidney Gonçalves Vieira -

**Vice-Diretor:**

Prof. Sebastião Peres

**Núcleo de Documentação  
Histórica da UFPel**

**Coordenação Administrativa:**

Profª Cláudia Mauch

**Coordenadores de Linhas de  
Pesquisas:**

**Quotidiano de Pelotas (e  
Região Sul):**

Profª Fábio Vergara Cerqueira

**Movimentos Populares:**

Profª Beatriz Ana Loner

**Antropologia:**

Profª Flávia Maria Silva Rieth

**Imigração e Gênero:**

Profª Lorena Almeida Gill

**Conselho Editorial:**

Profª Lorena Almeida Gill

Profª Maria Leticia Mazzucchi  
Ferreira

**Técnicos Administrativos:**

Alvim da Silva Jorge

Domingos Barreto Rodrigues

**Digitação, Composição e  
Diagramação:**

Mara Lúcia Vasconcelos da  
Costa

**Ficha Catalográfica:** Vera Ruth Machado Campelo

---

**História em Revista.** Pelotas: Instituto de Ciências Humanas: Núcleo  
de Documentação Histórica/UFPel, n° 2, 1996, Semestral.

1. Ciências Humanas - Periódico. 2. História - Periódico.

---

CDD 905

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	07
<b>II FORUM DE TEORIAS DA HISTÓRIA</b>	
1. A SEXUALIDADE NO BRASIL COLONIAL .....	09
Luiz Mott	
2. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ESTATUTO DO TEXTO HISTÓRICO.....	29
Terístocles Cezar	
3. O DIÁLOGO TENSO ENTRE PAUL VEYNE E MAX WEBER.....	47
Adhemar Lourenço da Silva Jr.	
<b>PESQUISAS DO NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA UFPel</b>	
1. O ASSENTAMENTO DA PALMA: a individualização do coletivo.....	65
Beatriz Ana Loner, Lorena Almeida Gill, Paulo Mattos, César Reis Gomes, Rodrigo Dias	
2. OS JUDEUS EM PELOTAS.....	85
Lorena Almeida Gill, Jairo Luis Fleck Falcão	
<b>HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA</b>	
1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DAS MENTALIDADES.....	97
Álvaro Moreira Hypólito	
2. O PODER ATRIBUÍDO À MÚSICA NO IMAGINÁRIO GREGO: SUAS MANIFESTAÇÕES E SUAS FUNDA- MENTAÇÕES CULTURAIS .....	107
Fábio Vergara Cerqueira	



3. FOTOGRAFIA E DOCUMENTO: DUPLICIDADE INAIJENÁVEL.....	137
Francisca Michelin	
4. A INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA EM PELOTAS.....	149
Gunter Axt	
5. NO LIMITE DA VIDA? NOTAS SOBRE VELHICE E MORTE.....	175
Maria Leticia Mazzucchi Ferreira	
6. O ENSINO DA HISTÓRIA: CONCEPÇÕES E METODOLOGIA.....	189
Paulo André Passos de Mattos	
7. O ESTUDO ARQUEOLÓGICO DO QUILOMBO DE PALMARES.....	201
Pedro Paulo A. Funari	
<b>ENTREVISTA COM OTÁVIO BRANDÃO.....</b>	<b>209</b>
<b>RESENHAS</b>	
1. Resenha do Livro de GENRO, Tarso. "Utopia possível".....	255
Delamar José Volpato Dutra	
2. Resenha do Livro de Priore, Mary Del. "Festas e Utopias no Brasil Colonial".....	261
Edgar Rodrigues Barbosa Neto	

## APRESENTAÇÃO



O Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL foi criado em março de 1990 tendo como propostas iniciais resgatar e conservar documentos relativos à própria instituição, bem como desenvolver acervo que tivesse como temática organizadora, o movimento operário na cidade de Pelotas. Passados seis anos de sua fundação, o Núcleo ampliou sua abrangência para outras linhas de investigação, contando atualmente com cinco pesquisadores vinculados ao Departamento de História e Antropologia, dois técnico-administrativos e alunos bolsistas, cujas pesquisas tematizam sobre o cotidiano, movimentos sociais, imigração e gênero.

A trajetória que vem trilhando o Núcleo de Documentação nessa sua recente existência mostra sua disposição em abrir-se aos mais variados objetos de investigação, às mais diferentes formas de abordagem do real, concebendo em seu interior profissionais de áreas diversas como historiadores e antropólogos num diálogo extremamente profícuo e contemporâneo que adquire visibilidade na revista que ora trazemos ao público.

## A SEXUALIDADE NO BRASIL COLONIAL

LUIZ MOTT  
Universidade Federal da Bahia



*"Se pudessem falar as ruas e becos das cidades e povoações do Brasil!  
Quantos pecados publicariam, que encobre a noite e não descobre o dia,  
e que a pena treme e pasma de os escrever."  
(Padre Jorge Benci SJ, 1700).*

### INTRODUÇÃO

Quando um antropólogo aborda o tema *sexualidade*, seja perante uma platéia de psicanalistas, seja numa sala de aula, o primeiro mandamento a ser enfatizado é que, enquanto no reino animal irracional as funções sexuais são determinadas fundamentalmente pelo instinto, a sexualidade humana se manifesta através de padrões culturais historicamente determinados, donde sua dinamicidade temporal e diversidade espacial. A sexualidade humana não é instintiva, mas fruto de uma construção social, daí a impropriedade de se postular a existência de uma "moral sexual natural" - tema tão querido da Igreja Católica desde Santo André de Aquino até o atual Sumo Pontífice - que num gesto absurdamente anti-anropológico e desrespeitador dos direitos humanos universais, defende, em suas viagens pelo continente africano, o abandono por parte dos nativos de suas práticas sexuais e costumes familiares tradicionais, eraltecendo a

excelência da moral cristã como se fosse sinônimo de "moral natural". Etnocentrismo à parte, o ensinamento da Ciência do Homem (antropos + logos) é incontestável: Simone de Beauvoir foi iluminada ao sintetizar que também os humanos nascem tão-somente *machos* e *fêmeas* - como o resto dos animais e das plantas sexuadas - mas é a sociedade, ou cada cultura em particular, que nos *faz homens* e *mulheres*, como se modifica substantivamente ao longo das gerações dentro de uma mesma sociedade. Basta que olhemos para nossas próprias biografias para constataremos o quão mutável foi nossa própria ideologia e prática sexual desde que iniciamos nossa vida erótica, comprovando assim, no nível micropessoal, a mesma dialética observada na esfera sócio-cultural. Os leitores interessados em aprofundar esta questão encontrarão interessantes subsídios teóricos e etnográficos notadamente nestas duas obras: *Sexual Variance in Society and History*, de Vern L. Bulough (Chicago, 1976), e *Human Sexuality around the World*, de Dennis Werner, (1987), da Universidade Federal de Santa Catarina.

### **MATRIZES DA SEXUALIDADE BRASILEIRA**

"Não devíamos ter vergonha de falar daquelas coisas que Deus não teve vergonha de criar", já ensinava São Clemente, no primeiro século do Cristianismo. Malgrado tão sábio desiderato, lastimavelmente, o tabu do sexo, fruto da ideologia sexofóbica que domina a cultura ocidental, persiste inclusive nos espaços leigos, como na Academia, onde pesquisas e estudos sobre a sexualidade humana ainda constituem áreas menores dentro do saber científico. Já em 1927, B. Malinowski, um dos pioneiros da Antropologia, em seu *Sexo e*

*Repressão na Sociedade Selvagem* (Vozes, 1975), defendia a importância e legitimidade de se estudar o homem nu, sem a folha de parreira que os mais pudibundos insistiam em colocar na frente de sua genitália. Não foram apenas os Papas que obrigaram pintores laicos a cobrir os corpos nus que artistas da grandeza de um Miguel Angelo pintaram, gigantescos e realistas, nas abóbodas da Capela Sixtina - ou queimaram em praça pública os versos maravilhosos de Safo de Lesbos, considerada por Aristóteles como a oitava do Parnaso, mas que, por sua inquestionável valorização dos amores unissexuais entre as filhas de Eva, fora considerada pelos donos do poder clerical como abominável, quicá diabólica, daí ter restado para a humanidade apenas fragmentos da produção poética da "matriarca do lesbianismo". Também na Academia, hélas! - a sexofobia foi regra até hem pouco tempo, relegando para o "purgatório" algumas obras que em décadas anteriores constavam do Index Librorum Prohibitorum (Relação dos Livros Proibidos, da Igreja Católica), expurgando-se do corpo docente mestres e mestras acusados de ostentarem estilo de vida incompatível com a moral oficial, proibindo-se ou discriminando pesquisas em áreas consideradas "imorais".

Felizmente as trevas do obscurantismo sexofóbico perdem terreno cada vez mais nos meios acadêmicos, e novas pesquisas, utilizando-se de documentação histórica até então escondida no pó dos arquivos, trazem à luz importantes informações a respeito das práticas e representações sexuais de nossos antepassados luso-afro-brasileiros - tema principal desta nossa comunicação, assunto ainda pouco divulgado em nosso meio acadêmico e que certamente poderá auxiliar



analistas, psicólogos e psiquiatras a melhor entender as raízes do quebra-cabeças de nossa sexualidade contemporânea.

Partimos do pressuposto de que na Terra dos Papagaios (como foi popularmente chamado o Brasil logo após sua descoberta) confrontaram-se quando menos três complexas matrizes sexuais: o modelo hegemônico dos donos do poder, representado pela moral judaico-cristã, e os modelos periféricos indígenas e africano.

Em linhas gerais, podemos apontar como traço definidor da moral sexual judaico-cristã a *sexofobia*. Diferentemente de outras culturas, onde deuses e sacerdotes praticavam toda sorte de "perversões sexuais" - consideradas ou neutras do ponto de vista moral, ou mesmo virtuosas - a religião judaica prima pela dificuldade em conviver com os "vícios da carne". Javé - diferentemente dos orixás, de Apolo a Tupã, é um deus assexuado, um velho carrancudo que está mais para *voyeur* (de Adão e Eva nus no paraíso comendo a fruta da ciência do bem e do mal), do que para *sátiro* - como o velho Júpiter. O céu judaico-cristão - tão diverso dos congêneres dos muçulmanos e germanos - é o paraíso da assexualidade, onde os que na terra foram virgens ou celibatários estarão mais próximos do trono do Cordeiro e da Virgem Maria, esta última modelo de santidade para os mortais, e que teve o privilégio de manter intacto seu seio himenal antes, durante e depois do parto. Como traços cardiais da sexofobia judaico-cristã, temos de salientar o tabu da nudez, o machismo que tem no patriarcado sua legitimação jurídica, a monogamia e indissolubilidade do matrimônio como alicerces da família nuclear, a noção de honra e a virgindade pré-nupcial como requisito para as alianças matrimoniais.

Modelo tão rígido comportou, desde os tempos bíblicos, espaço para os desvios, que mesmo castigados alguns até com o apedrejamento, fizeram parte integrante do *modus vivendi* de nossos antepassados. Adultério, concubinato, sodomia e violência sexual - todos condenados por Javé e seus prepostos - nem por isto foram completamente eliminados do orbe cristão, e os processos civis e religiosos contra tais pecadores constituem matéria-prima de grande interesse para os modernos estudos sobre o desvio e divergência em nosso passado colonial. Uma das representações mais interessantes e persistentes entre nossos antepassados ibéricos transplantada para o Novo Mundo foi o que os teólogos chamavam "heresia contra a fornicação simples", em razão da qual inúmeros colonos de norte a sul do Brasil foram denunciados à Santa Inquisição, por defenderem a proposição herética de que os atos sexuais entre pessoas desimpedidas (i.e., que não fossem casadas, virgens ou que tivessem votos religiosos), não eram pecado. Outros, igualmente investigados pela sanha inquisitorial, eram acusados de propalarem que "era melhor se casar do que ser padre", em franca oposição ao ensinamento do celibatarista Apóstolo Paulo, conforme demonstra em sua interessante tese *O Trópico dos Pecados*, Ronaldo Vainfas (Editora Campus, 1989).

Não bastassem as ameaças representadas pelos "heterodoxos" descendentes dos primitivos colonizadores, a moralidade imposta pelo *Levítico* e *Catecismo Romano* sofreu seu mais grave embate com o confronto de outros modelos sexuais, aos quais chamamos de "periféricos", posto terem sido tratados sempre como marginais por



parte dos donos do poder hegemônico. Referimo-nos às matrizes sexuais indígena e africana.

## ÍNDIOS E AFRICANOS

Nada mais incorreto do que a suposição de que índios e africanos ostentassem, cada etnia per si, uma conduta sexual homogênea. O correto é falarmos de "sexualidades indígenas", e "sexualidades africanas", posto coexistirem, lado a lado, na Ameríndia e no Continente Africano, centenas e centenas de padrões sexuais completamente diversos e às vezes antagônicos. Em comum, podemos detectar duas tendências: a enorme diversidade estrutural destas sexualidades e uma menor rigidez repressiva, levando-se em conta que se trata de sociedades ágrafas e *pour cause*, baseadas em tradição oral menos rígida se comparada com sociedades regidas por códigos e leis escritas - algumas delas, como a judaica, leis morais escritas em tábuas de pedra e reveladas pela própria divindade.

Se tomarmos como inspiração a sexualidade dos índios Tupinambá - o grupo étnico mais populoso e que se espalhava do Maranhão a Santa Catarina, com mais de 4 milhões de indivíduos - a primeira constatação, que tanto chocou os cronistas coloniais, é a relação absolutamente neutra que tais silvícolas mantinham com a nudez. Se tal inocência encantou os europeus desde que Caminha enalteceu a simplicidade quase infantil dos autóctones, um contacto mais íntimo com os indígenas revelou que os brasis primavam por desbragada luxúria, falando constantemente entre si de suas "sujidades", incansáveis em procurar variados gozos crônicos, conhecendo diversos afrodisíacos e magias sexuais, que os cristãos

interpretaram como pacto diabólico. Polígamos, os Tupinambá praticavam uma espécie de gerontocracia sexual onde os mais velhos guerreiros, aqueles que tinham matado o maior número de inimigos, estes é que tinham maior acesso às mulheres mais jovens. Invertia-se igualmente a idade dos parceiros sexuais nas ligações informais, pois como os homens jovens, ainda sem vítimas Tapuias em seu curriculum, não tinham acesso legal às donzelas, encontravam nas mulheres mais velhas, desprezadas por seus legítimos maridos em favor de cunhãs mais novas, as companheiras para seus gozos venéreos.

Não só os Tupinambá, como diversas outras tribos nas três Américas, abrigavam em suas aldeias grande número de "invertidos" de ambos os sexos: tão significativa e socialmente aceita era a presença homossexual, que no primeiro dicionário da língua Tupi, os Jesuítas foram obrigados, a contra gosto, incluir os abomináveis étimos *tibira*, isto é, o sodomita praticamente *contra natura*, e *çucoaimbeguirá*, sinônimo de "machão, mulher que se casa com outra mulher e assume o papel de homem na guerra e na roça". Os índios Caduveu, no Sul do Brasil, possuíam em suas aldeias numerosos travestis ("berdaches") que imitavam as mulheres não apenas nos trajés e trejeitos, como na maneira agachada de urinar, fingindo incômodo nos dias de regra.

Quanto à sexualidade dos africanos que vieram escravizados para o Novo Mundo, os traços mais comuns, que aproximariam a enorme diversidade cultural das centenas de etnias envolvidas na diáspora negra, seriam, além da poligamia poligâmica, a prática de mutilações sexuais geralmente associadas a ritos de iniciação na infância ou puberdade. Se tomarmos como exemplo algumas etnias da Nigéria - o antigo Reino de Benin - de onde procedeu a mais importante

leva de africanos no último século do escravismo, notamos como elementos característicos de sua sexualidade os seguintes traços: liberdade sexual a crianças e adolescentes, tolerância à masturbação recíproca, prática de circuncisão dos meninos e clitoridectomia nas donzelas (algumas tribos praticam a enfibulação, i.e., costura dos grandes lábios vaginais ou do prepúcio, deixando aberto pequeno orifício para saída da urina). Nalgumas tribos mais populosas, desde o século XVIII, viajantes constataram a presença de prostitutas e eunucos, sendo famosos, até os meados do século passado, os batalhões de amazonas do Daomé, obrigadas compulsoriamente ao celibato. Entre os nativos do antigo Reino de Angola - região igualmente fornecedora de mão-de-obra escrava para o Brasil - um traço cultural bastante repetido em diferentes tribos, era o casamento de experiência, devolvendo-se a donzela para seus pais no caso de não ter sido bem sucedida a neo-coabitação. Diferentemente do que se passava entre os Yorubá da Nigéria, onde a infidelidade conjugal não provocava maiores constrangimentos, no Congo e Angola as adúlteras eram castigadas ou com a perda da liberdade ou até com a pena de morte. Nalgumas partes praticava-se o defloramento ritual das virgens, utilizando para tanto falos de madeira ou de chifre de animal. Como se observou entre numerosos grupos ameríndios, também na África Negra havia grande tolerância vis-a-vis à inversão sexual, notadamente em Angola, onde os principais feiticeiros, chamados de *quinbanda*, formavam uma "quadilha" de sodomitas, vestidos com roupas femininas, mantendo relação homoerótica e sendo respeitadíssimos pelos demais nativos. Para maiores informações sobre as matrizes africanas da sexualidade brasileira, consulte-se meu artigo

"Alternativas Eróticas dos Africanos e seus descendentes no Brasil Escravista", in *O Sexo Proibido*, Papirus, 1988.

## SEXUALIDADE E ESCRAVIDÃO

"Não há escravidão sem depravação sexual. É da essência mesmo do regime". Esta constatação basilar devemos a Gilberto Freyre, que em sua *Casa Grande & Senzala* demonstra cabalmente que a exacerbação erótica existente no Brasil Colonial deve ser explicada não por "defeito" da raça africana, mas pelo abuso de uma raça por outra: "ao senhor branco, e não à colonização negra deve-se atribuir muito da lubricidade brasileira".

De fato, nos regimes escravistas, os cativos não passavam, como o gado, de simples mercadorias que eram livremente adquiridas para ter o uso que hem aproovesse ao comprador. Malgrado a vigilância do clero colonial, não houve como impedir que o interesse explicitamente erótico orientasse a muitos pequenos e grandes proprietários de escravos, na compra de suas peças de ébano. O *Manual do Fazendeiro*, de 1839, ensinava detalhadamente como distinguir as qualidades sexuais e reprodutivas dos escravos exibidos nos mercados de carne humana, e os anúncios de jornal da época deixam bem claro as intenções sensuais na compra e venda de escravinhas jovens, virgens e de bons costumes. Portanto, a sexualização dos cativos e cativas foi sempre inerente ao escravismo, comportando tanto cruéis abusos e violências, quanto formas mais igualitárias de interação afetivo sexual. A documentação histórica fala-nos de alguns extremos de sadismo - como as denúncias enviadas ao Santo Ofício contra o maior potentato do Brasil setecentista, o baiano



Garcia Dávila Pereira de Aragão, cujos castigos contra suas mulatas e moleques incluíam flagelações nas partes venéreas, o derrame de cera quente no ânus e outras barbaridades inimagináveis. Estaríamos, contudo, sonhando a verdade, se omitíssemos o outro lado das relações entre senhores e escravos, onde prevaleceu o sentimentalismo e uma certa reciprocidade equilibrada. Referimo-nos aos incontáveis casos de amancebia entre brancos e negras, onde nem sempre o filho mestiço era resultado da violência senhorial, mas de verdadeira paixão recíproca. As milhares de cartas de alforria de negras e mulatas, conservadas nos arquivos, atestam que o sexo funcionou no escravismo como o *locus* privilegiado para a ascensão social de escravas e escravos que nos momentos de erotismo, entre os lençóis de linho ou nas esteiras das senzalas, muitas vezes invertiam os rígidos papéis sociais que fora da cama antagonizavam esta diáde estamental, partindo dos subalternos a iniciativa da sedução e por vezes o papel "ativo" no ato sexual. Seja como companheiros(as) de iniciação sexual dos sinhozinhos, seja como amantes extra conjugais, seja ainda como prostitutas nos bordéis clandestinos - lá estavam, no Brasil antigo, os descendentes africanos ensinando aos donos do poder novas formas de erotismo, algumas delas francamente pecaminosas, se referidas à casuística da Teologia Moral Tridentina. É neste contexto que se cristaliza, desde os primórdios da colonização, o mito da mulata como símbolo mais elevado do erotismo nacional, dividindo-se, na ideologia patriarcal, dois espaços antagônicos e complementares: de um lado, o tálamo matrimonial, onde o sexo reprodutivo, normatizado pelo Catecismo Romano, garantia a perpetuação eugênica dos herdeiros (matrimônio = patrimônio); do outro lado, a alcova nem sempre

clandestina das concubinas negras e mestiças, este sim, o *locus* da luxúria, regido pela crença de que "abaixo do Equador não há pecado".

Perguntaríamos nós: numa sociedade onde somente o macho branco tinha acesso indistintamente a todas as fêmeas, garanhão de brancas, negras e índias, ter-se-ia desenvolvido, como se documentou entre os colonialistas europeus na África Negra, também entre nós, uma inveja do pênis negro, atribuindo-se (e temendo-se!) aos machos africanos não só a posse de gigantescos falos, como a superpotência sexual? Numa época em que negros e índios, vivendo nos arredores das casas grandes e periferia das vilas, ostentavam-se quase nus, com diminutas e indiscretas tangas, qual teria sido a reação dos lusobrasileiros caucasóides, e de suas mulheres e filhas, cuidadosamente trancafiadas no recôndito dos gineceus de suas moradias? Por mais que se pesquise, até hoje não dispomos de qualquer pista documental que trate desse particular. Castração de escravos tudo leva a crer que não foi prática comum no Brasil (diferentemente do que ocorria em algumas tribos africanas, que especializaram-se em fabricar, dos cativos de guerra, eunucos que eram vendidos para os haréns da África do Norte). "Casas" onde se praticava a clitoridectomia, há notícia de sua existência em Salvador ainda nos finais do século passado. Quanto à castração masculina, nenhuma evidência, tanto que localizamos nos Arquivos da Torre do Tombo, em Lisboa, entre os manuscritos inquisitoriais, denúncias de dois senhores exagerados na violência, que incluíam em seus castigos um simulacro de castração - tortura equiparada à "heresia", daí ser objeto de acusação junto ao Santo Tribunal da Inquisição. O preconceito e a desvalorização dos africanos por parte da elite senhorial eram tão grandes e arraigados, que não



deixa de ser surpreendente a "preferência" dos colonizadores lusobrasileiros pelas parceiras negras e mulatas, conduta, aliás, relativamente rara entre os demais povos que colonizaram outras latitudes. Dada a repressão e a misoginia a que estavam condenadas as mulheres brancas no Brasil antigo, temos dúvida se chegaram a desenvolver fantasias sexuais com machos das raças "inferiorizadas", Casamentos de brancas senhoriais com negros ou índios, nem pensar. Entre brancas pobres, raríssimos, e motivos de forte discriminação social.

O que temos como certo é que o machismo ibérico assumiu no Novo Mundo, devido às condições demográficas e sociológicas da escravidão, uma feição muito mais agressiva e virulenta do que a observada em Portugal e Espanha à época das Descobertas. Abaixo do Equador, onde os brancos donos do poder representavam por volta de um quarto dos habitantes, somente a extrema violência e o autoritarismo conseguiram manter submissa toda aquela massa populacional de negros, índios e mestiços, infelizes seres humanos tratados a fogo e ferro pela minoria branca. Numa sociedade tão marcada pela injustiça social, somente homens ultraviolentos seriam capazes de manter a ordem e respeito junto à "gentinha", daí ter-se desenvolvido um código de hipervirilidade, que anatematizava entre os machos brancos qualquer conduta ou sentimento "feminino", pois ameaçavam a própria manutenção dessa sociedade estamental e oligárquica.

## SEXUALIDADE CATIVA

Por incrível que pareça à repressão moralizante encaçada pela Inquisição Portuguesa no Brasil, dispomos de material abundante e cheio de detalhes relativamente aos desvios sexuais de livres e cativos durante o período colonial. Sabemos mais a respeito das "perversões" de nossos colonos, do que sobre suas práticas matrimoniais, posto as primeiras terem merecido processos e inquirições, fonte de primeira grandeza para reconstituirmos as diferentes facetas da sexualidade de nossos antepassados.

Quanto às práticas sexuais de nossos africanos e seus descendentes, em minuciosa pesquisa por nós realizada na Torre do Tombo, encontramos praticamente todo tipo de alternativa erótica - desde o abençoado matrimônio, até o abominável "diabolismo", onde negros e negras confessaram, perante inquisidores rabujentos, suas múltiplas "sacatagens" com o próprio Satanás.

Ao tratar da sexualidade dos cativos, uma primeira observação deve ser feita: o flagrante desequilíbrio demográfico entre machos e fêmeas. Embora na África fossem as mulheres as encarregadas das lides agrícolas, nas *plantations* do Novo Mundo, seguindo o modelo europeu, coube aos homens africanos a labuta nos campos e minas, daí ter ocorrido, desde o início, importante seleção sexual das "peças" a serem escravizadas, havendo regiões onde a relação era de uma fêmea para dez machos.

Outra observação inicial carece ser enfatizada: por mais cruéis e insuportáveis que tenham sido as condições do cativo, a sexualidade sempre encontrou espaço para seu extravasamento, sendo certamente um dos momentos de maior prazer e alegria - uma

verdadeira fuga ou *erzatz* para contrabalançar a dureza e desprazer da tragédia servil. Se até nos campos de concentração do Nazismo, malgrado a cuidadosa vigilância policial, as relações sexuais nunca foram completamente expurgadas, tudo nos leva a crer que já nos porões dos navios negreiros, naquelas infernais travessias de 40 a 60 dias, negros e negras encontrassem no erotismo o escape de seus infortúnios. De acordo com a documentação inquisitorial, a prática da masturbação individual, ou a dois, consistia numa das mais frequentes alternativas eróticas de escravos jovens e adultos, dado que em milhares de propriedades rurais - por exemplo, no Sertão do Piauí - só havia um cativo, sem companheira ou companheiro, com quem pudesse compartilhar suas emoções lúbricas. A masturbação a dois - popularmente rotulada, desde o século XVI, de "fazer as sacanas" - aparece referida em numerosos documentos, envolvendo quer escravos entre si, quer rapazes e homens de diferentes estamentos, sendo considerada, na ótica do castiçismo inquisitorial, tão somente um pecado contra a castidade, diferentemente do bestialismo (zoofilia) e sobretudo da sodomia (homossexualidade), estes últimos crimes merecedores da morte na fogueira. Diversos são os africanos e seus descendentes, tanto em Portugal quanto no Brasil, a serem flagrados em pleno ato libidinoso com diferentes fêmeas animais - conduta que na Espanha levou dezenas desses amantes heteroespécies à morte, mas que em Portugal era punida tão-somente com a pena dos açoites e degredo. Quanto à prática da homossexualidade entre os cativos, devemos lembrar, primeiramente, que muitos devem ter sido os africanos que já tinham vivenciado os amores unisexuais antes da travessia do Atlântico, descartando portanto a explicação mecanicista de que o

homuerotismo entre os escravos era sobretudo substitutivo à falta de parceiras do outro sexo. Em nosso citado artigo sobre as alternativas eróticas dos africanos e seus descendentes no Brasil escravista, arrolamos dezenas de episódios homossexuais, seja de negros entre si, de escravos com seus senhores ou com os filhos desses, algumas vezes predominando a violência, como o observado entre casais de sexo diverso; noutras, prevalecendo a paixão e até a persistente fidelidade: em São João del Rey, em 1778, o Capitão José de Lima Noronha Lobo foi acusado de ter copulado com seu escravo Antonio, nação Angola, por 18 anos seguidos, "tendo para isso lugar destinado num bananal em seu quintal". O travestismo - prática cultural valorizada em diversas etnias africanas - também foi documentado no Brasil escravista, tanto que a primeira notícia de um travesti em nossa história revela-nos o escravo Francisco Manicongo, 1591, acusado de insistir em usar roupas femininas, recusando-se vestir os calções de homem dados por seu proprietário baiano. Homossexualidade feminina também aparece em nossas crônicas coloniais: a primeira lésbica a ser degredada para o Brasil foi a negra Francisca Luiz (sic), que foi ouvida declarar em alto e bom som que "quero mais a um conno (vagina) que quantos carulhos há!", mantendo agitado romance com a branca Isabel Antônia, apelidada "a do veludo" por fazer uso de um falso pênis envolto naquele tecido. Além desses "desvios", os documentos falam-nos ainda de diversos negros e mestiços de ambos os sexos que juraram na Mesa Inquisitorial ter mantido diabólicas cópulas com o Diabo que, versátil, agia ora como feroso garanhão, ora como voluptuosa rameira, quer em relações hetero, quer em cópulas homossexuais.



No que tange às práticas eróticas entre sexos diferentes dentro do estamento servil, encontramos na documentação inúmeras referências ao concubinato, onde negras e mulatas eram teúdas e manteúdas, algumas de portas a dentro, por homens brancos ou mestiços; nos plantéis com maior concentração de escravos, alguns poucos felizardos conseguiam ter suas próprias amásias, situação relativamente rara, pois as próprias cativas davam preferência a ter amantes livres ou libertos. Prostituição, conforme já referimos, era prática corrente no Brasil de antanho: senhores e até senhoras brancas exploravam suas escravas, obrigando-as ao comércio venéreo, existindo nas Minas, no século XVIII, alguns bordéis onde raparigas negras eram freqüentadas exclusivamente por clientes de sua própria cor, conforme relata Laura de Mello e Souza no seu livro *Desclassificados do Ouro* (Graal, 1982). Poucos foram os cativos e cativas que chegaram a realizar o ideal católico do matrimônio: apesar de as Constituições Episcopais do Brasil ordenarem o sacramento do casamento também para os cativos, impedindo sua dissolução pela venda de um dos cônjuges a outros senhores, na prática poucos escravos tiveram suas uniões carnavais abençoadas pela Igreja. "Negro se ajunta, negro não casa", dizia um ditado popular antigo, ratificando a raridade, para não dizer impropriedade deste sacramento, para um segmento social que era tratado como gado.

## CONCLUSÃO

Contabilizam-se aproximadamente quinze as gerações desde que o Brasil foi descoberto - doze das quais viveram no regime escravista. Nossos bisavós ainda possuem escravos, o que nos obriga

a constatar o quão próxima de nós está aquela instituição horrenda, que permitia legalmente aos descendentes de europeus escravizarem os descendentes de africanos. Apesar de termos comemorado o centenário da abolição da escravatura, marco fundamental na evolução dos direitos humanos, posto ter abolido o direito de se comprar, vender, açoiar e obrigar ao trabalho forçado a população negra e mestiça, usando-a livremente ao bel-prazer senhorial, inclusive como objeto erótico, não obstante tal conquista somos obrigados a confessar que a ideologia escravista permanece ainda muito enraizada em nossa sociedade pós-abolicionista. O racismo e o machismo à brasileira são exemplos pungentes de nosso passado escravagista: mentalidades não se mudam por decretos.

No que concerne aos reflexos negativos da escravidão na formação de nossa sexualidade contemporânea, temos a destacar dois elementos fundamentais: a violência e a irresponsabilidade sexuais. Violência, a que os donos do poder estavam acostumados, de usar e abusar das fêmeas de cor a seu bel-prazer, fazendo do sexo não uma interação equilibrada de prazer, mas o exercício egoístico da dominação masculina, buscando-se tão somente a satisfação do falocrata.

A outra característica negativa da sexualidade brasileira contemporânea que reflete nosso recente passado escravista é a irresponsabilidade: irresponsável era o senhor que, seguindo a crença popular, "fodia" uma negrinha donzela, acreditando que o melhor remédio para curar a sífilis era "descabaçar uma pretinha virgem"; prova de irresponsabilidade era a despreocupação dos donos do poder ao engravidar indistintamente a toda fêmea, espalhando filhos



hastardos pelas senzalas e prostíbulos, sem assumir a paternidade. Tais atitudes negativas, reflexos da violência e irresponsabilidade inerentes ao escravismo, permanecem poderosas ainda em nossos dias, causando a infelicidade e até a morte de incontáveis vítimas de crimes sexuais.

Há males que vêm para bem, diz o brocardo popular, e no caso do regime servil, podemos pinçar alguns elementos que influenciaram positivamente nossa ideologia e prática sexuais hodiernas. Embora não concordemos totalmente que nosso país seja um exemplo de "democracia racial", não há como negar que as interações sexuais interraciais se deram no Brasil com muito maior freqüência e com maior "cordialidade" (a expressão é de Sérgio Buarque de Holanda), do que nos demais países escravistas. Diferentemente de outras sociedades, nas quais os senhores manifestavam nojo e repulsa sexual via-a-vis às fêmeas das "raças inferiores", entre nós desenvolveu-se um erotismo mestiço que fez da mulata hoje, e da negra "mina" no século XVIII, o modelo ideal de parceira sexual. Como dizia no século passado C. Expilly, no seu fantástico *Costumes e Mulheres do Brasil*, (Cia. Ed. Nacional, 1977), "aquele que sentiu duas vezes o cheiro acre, mas embriagador, da catinga na negra, achará, desde então, muito desenhado o cheiro que exala a pele da mulher branca..." Segundo esse autor, tratava-se tal enunciado de um "axioma português". Um segundo aspecto positivo, herança do escravismo, é a influência do que chamamos de matrizes periféricas de nossa sexualidade, na alforria dos brasileiros da rigidez do *Levítico* e do *Catecismo Romano*. Um imoralismo mestiço e crioulo domina nossa cultura sexual, destacando-se o Brasil, no cenário mundial, pelo exibicionismo de nossas mulheres inventoras da devassa tanga, pela exportação de travestis que causam

furor entre franceses e italianos, pela extravagância sensual de nossos desfiles de escola de samba. Não é por menos que nosso país ocupa o quarto lugar em caso de Aids no ranking mundial, com uma estimativa de mais de meio milhão de pessoas infectadas, 70% dos quais por via sexual.

*Outras obras de Luiz Mott, do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia, relacionados ao tema deste artigo: O Lesbianismo no Brasil (Editora Mercado Aberto, 1987); Dez Viados em Questão (Editora Bloff, 1987); Escravidão, homossexualidade, Demonologia (Editora Ícone, 1988). Endereço do autor para correspondência: Caixa Postal 2552 - 40022-260 - Salvador-BA.*